



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO



CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS E DISCURSIVA

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1** Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os seus dados pessoais e os dados do cargo a que você concorre, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua folha de respostas e na sua folha de texto definitivo da prova discursiva. Confira, também, o seu nome em cada página numerada do seu caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas, correspondentes às provas objetivas, e a prova discursiva, acompanhada de espaço para rascunho. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente discordância quanto aos seus dados pessoais ou aos dados relativos ao cargo a que você concorre, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2** Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva no espaço apropriado da sua folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Conforme previsto em edital, o descumprimento dessa instrução implicará a anulação das suas provas e a sua eliminação do concurso.
- 3** Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4** Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo da prova discursiva.
- 5** Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto da prova discursiva para a respectiva folha de texto definitivo.
- 6** Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e a sua folha de texto definitivo da prova discursiva e deixe o local de provas.
- 7** A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo da prova discursiva poderá implicar a anulação das suas provas.

CONCURSO PÚBLICO **2013**

NÍVEL SUPERIOR

TURNO: MANHÃ



OBSERVAÇÕES

Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital. É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

0(XX) 61 3448-0100
www.cespe.unb.br
sac@cespe.unb.br

 **cespeUnB**
Centro de Seleção e de Promoção de Eventos

De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 Recordar algo nunca ocorrido é comum e pode acontecer com pessoas de qualquer idade. Muitos indivíduos sequer percebem que determinadas lembranças foram criadas, pois as cenas e até os sons evocados pelo cérebro surgem com a mesma nitidez e o mesmo grau de detalhamento das memórias reais.

4 De acordo com alguns neurocientistas, quando a pessoa se recorda de uma sequência de eventos, o cérebro reconstrói o passado juntando os “tijolos” de dados, mas somente o ato de acessar as lembranças já modifica e distorce a realidade.

7 Um neurocientista de uma equipe que pesquisa esse assunto afirma que se busca reforçar a ideia de que a memória não pode ser considerada um papel carbono, ou seja, de que ela não reproduz fielmente um acontecimento. “Nossa esperança é que, ao propor uma explicação neural para o processo de geração das falsas memórias, haja aplicações práticas nas cortes de justiça, por exemplo”, diz o cientista. “Jurados e magistrados precisam de evidências de que, por mais real que aparente ser, um fato recordado por uma testemunha pode não ser verdadeiro. A memória humana não é como uma memória de computador, não está certa o tempo todo.”

10 O neurocientista relatou que quase três quartos dos primeiros 250 americanos que tiveram suas condenações penais anuladas graças ao exame de DNA haviam sido vítimas de falso testemunho ocular. Um psicólogo entrevistado afirmou que, dependendo de como se conduz uma acareação, ela pode confundir a pessoa interrogada.

Correio Braziliense, 26/7/2013 (com adaptações).

Considerando as estruturas linguísticas do texto acima e as ideias nele desenvolvidas, julgue os itens a seguir.

- 1 Com correção gramatical e com mais precisão, a oração “que tiveram suas condenações penais anuladas graças ao exame de DNA” (ℓ.11-12) poderia ser estruturada da seguinte forma: cujas condenações penais foram anuladas em virtude de contraprova fornecida pelo exame de DNA.
- 2 Segundo o neurocientista entrevistado, o ideal seria que o cérebro humano dispusesse de memória computacional, ideia que se alinha à apologia da memória do computador, em detrimento da memória humana, apresentada no texto.
- 3 Mantendo-se a correção gramatical e o sentido original do texto, o último período do texto poderia ser reescrito da seguinte forma: Segundo um psicólogo entrevistado, a forma como é conduzido uma acareação pode confundir os interrogados.
- 4 Dadas as ideias desenvolvidas no segundo e no terceiro parágrafos, o adjetivo “reais” (ℓ.3) poderia ser empregado entre aspas ou poderia ser precedido da forma de particípio **consideradas**, sem prejuízo da coerência do texto.
- 5 Sem prejuízo para a correção gramatical e a informação original do texto, a oração “quando a pessoa se recorda de uma sequência de eventos” (ℓ.4) poderia ser reescrita das seguintes formas: sempre que lembramos uma sucessão de fatos; ao nos lembrarmos de eventos consecutivos.
- 6 Sem prejuízo para a correção gramatical, a oração “mas somente o ato de acessar as lembranças já modifica e distorce a realidade” (ℓ.5) poderia ser assim reestruturada: embora o próprio acesso à lembranças as modifiquem e, assim, distorçam a realidade.
- 7 O trecho “a memória não pode ser considerada um papel carbono” (ℓ.6-7) poderia ser corretamente reescrita da seguinte forma: não pode-se considerá-la papel carbono.
- 8 Infere-se da fala do neurocientista citado no texto que jurados e magistrados não sabem que o cérebro humano é capaz de gerar falsas memórias, o que, em outras palavras, significa afirmar que, na análise dos fatos, eles se restringem ao parâmetro de distinção entre lembrança verdadeira e mentira voluntária das testemunhas.

1 Nós somos muito parecidos com computadores. O
funcionamento dos computadores, como todo mundo sabe,
requer a interação de duas partes. Uma delas chama-se
4 *hardware*, literalmente “equipamento duro”, e a outra
denomina-se *software*, “equipamento macio”. O *hardware* é
constituído por todas as coisas sólidas com que o aparelho é
7 feito. O *software* é constituído por entidades “espirituais” —
símbolos que formam os programas que serão gravados.

Nós também temos um *hardware* e um *software*. O
10 *hardware* são os nervos do cérebro, os neurônios, tudo aquilo
que compõe o sistema nervoso. O *software* é constituído por
uma série de programas que ficam gravados na memória. Do
13 mesmo jeito que nos computadores, ficam, na memória,
símbolos, entidades levíssimas, “espirituais”, sendo o programa
mais importante a linguagem.

16 Um computador pode enlouquecer por defeitos no
hardware ou no *software*. Nós também. Quando o nosso
hardware fica louco, são chamados psiquiatras e neurologistas,
19 que virão, com suas poções químicas e bisturis, consertar o que
se estragou. Entretanto, quando o problema está no *software*,
poções e bisturis não funcionam. Não se conserta um programa
22 com chave de fenda, porque o *software* é feito de símbolos, e
somente símbolos podem entrar nele. Assim, para se lidar com
o *software*, há que se fazer uso dos símbolos. Por isso, quem
25 trata das perturbações do *software* humano nunca se vale de
recursos físicos para tal. Suas ferramentas são palavras, e
podem ser de poetas, humoristas, palhaços, escritores, gurus,
28 amigos e até mesmo de psicanalistas.

Dados esses pressupostos teóricos, estamos agora em
condições de oferecer uma receita que garantirá àqueles que a
31 seguirem à risca saúde mental até o fim dos seus dias. Opte por
um *software* modesto. Evite as coisas belas e comoventes. A
beleza é perigosa para o *hardware*. Cuidado com a música.
34 Brahms e Mahler são especialmente contraindicados. Quanto
às leituras, evite aquelas que fazem pensar. E, aos domingos,
não se esqueça dos programas de auditório. Seguindo essa
37 receita você terá uma vida tranquila, embora banal. Mas, como
você cultivou a insensibilidade, você não perceberá o quão
banal ela é.

40 Você se aposentará, para, então, realizar os seus
sonhos. Infelizmente, entretanto, quando chegar tal momento,
você já terá esquecido como eles eram.

Rubem Alves. *Sobre o tempo e a eternidade*.
Campinas: Papirus, 1996 (com adaptações).

Com base no texto acima e na norma gramatical, julgue os itens de 9 a 15.

- 9 Mantendo-se a correção gramatical do texto, a oração “que ficam gravados na memória” (l.12) poderia ser substituída pela estrutura **gravada na memória**.
- 10 No primeiro parágrafo, coerentemente com o emprego da oração “como todo mundo sabe” (l.2), que expressa uma generalização, poderia ter sido empregado, em vez do ponto final, o sinal de dois-pontos após a expressão “de duas partes”, seguido da seguinte estrutura: o *hardware*, literalmente “equipamento duro”, e o *software*, “equipamento macio”.
- 11 Sem prejuízo da coesão textual, o trecho entre as linhas 5 e 8 poderia ser reescrito da seguinte forma: O *hardware* constitui-se dos elementos sólidos do aparelho, e o *software*, de entidades “espirituais” — símbolos que formam os programas gravados.

12 A oração subordinada reduzida de gerúndio “sendo o programa mais importante a linguagem” (l.14-15) poderia ser corretamente reescrita na seguinte forma de oração com conector: onde o programa mais importante é a linguagem.

13 Respeitando-se os princípios de coesão textual e as regras semântico-sintáticas, o trecho “uma receita que garantirá àqueles que a seguirem à risca saúde mental até o fim dos seus dias” (l.30-31) poderia ser expresso da seguinte forma: uma receita que, até o fim dos seus dias, irá garantir saúde mental aos que a seguirem à risca.

14 No período entre as linhas 37 e 39, iniciado pelo conector “Mas”, o autor argumenta, por meio de uma relação sintática não só de oposição, mas também de causa e efeito, que a lógica em que se baseia a receita torna inócuo um dos efeitos de seu uso, não se abstendo o autor, entretanto, de apresentar, no último período, o que, no contexto, corresponderia ao efeito colateral do uso contínuo da receita.

15 O trecho “que virão, com suas poções químicas e bisturis, consertar o que se estragou” (l.19-20) especifica o instrumental utilizado no tratamento e, portanto, restringe as categorias de profissionais que devem prestar assistência às pessoas cujo *hardware* ficou louco.

Com base no Manual de Redação da Presidência da República (MRPR), julgue os itens seguintes, acerca das características das comunicações oficiais e do tipo de linguagem empregado nessas comunicações.

- 16 Por sua celeridade, o memorando e o correio eletrônico são formas de comunicação oficial bastante utilizadas pelo Poder Judiciário para a comunicação entre os órgãos que o compõem.
- 17 As comunicações expedidas por ministros de Estado devem conter o nome e o cargo da autoridade que as expede, abaixo do local de sua assinatura.
- 18 Em comunicações expedidas pelo MPU ao presidente do STF, devem-se empregar, como fecho, a expressão Respeitosamente e, como vocativo, a expressão A Sua Excelência o Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal.

A respeito da administração direta e indireta, julgue os próximos itens.

- 19 A criação de ministérios pela União constitui exemplo de descentralização administrativa.
- 20 A entidade autárquica criada para o desempenho de competência administrativa mantém vinculação hierárquica com o ente federativo que a tiver criado.

No que se refere aos atos administrativos, julgue os itens subsecutivos.

- 21 Considere que a vigilância sanitária, ao fiscalizar determinado restaurante, tenha constatado a presença de produtos impróprios para o consumo humano, circunstância que a levou a determinar o fechamento do estabelecimento comercial. Nessa situação, o ato praticado pela vigilância sanitária, órgão da administração pública, é ilegítimo, pois a interdição de estabelecimento pela administração pública depende de autorização judicial.
- 22 O ato administrativo é dotado de presunção de legitimidade, independentemente de previsão legal específica.

Julgue os itens que se seguem, relativos aos agentes públicos.

- 23 Considere que a administração pública tenha nomeado determinado agente, não integrante do quadro de pessoal do órgão público, para o exercício de função de confiança relacionada com atribuições de direção, chefia e assessoramento. Nessa situação, a administração pública atuou de forma legítima, já que o provimento das funções de confiança independe de concurso público.
- 24 Considere que determinada entidade da administração indireta tenha demitido motivadamente, após o devido processo administrativo, no qual foi assegurado o contraditório e a ampla defesa, empregado público contratado por meio de concurso e que fora considerado inabilitado para o desempenho das atribuições legais. Nessa situação, a atuação da administração pública foi legítima, já que o empregado público deve ser contratado após aprovação em concurso público e pode perder o vínculo por meio de demissão motivada, após o regular processo administrativo.

Julgue o item abaixo, relacionado ao instituto da licitação.

- 25 A administração pública pode contratar diretamente empresa para a impressão de diários oficiais, já que essa situação configura uma das hipóteses taxativas de dispensa de licitação previstas na legislação de regência.

A respeito da responsabilidade civil do Estado, julgue o item seguinte.

- 26 O particular lesado patrimonialmente por conduta comissiva praticada por agente público poderá ajuizar ação de indenização contra a pessoa jurídica à qual o agente público causador do dano encontra-se vinculado, observado o prazo prescricional.

Julgue os itens que se seguem, relativos aos direitos e garantias fundamentais.

- 27 Qualquer cidadão é parte legítima para propor mandado de segurança coletivo.
- 28 Apesar do inegável anseio social, não existe previsão expressa na CF/88 assegurando a todos, no âmbito judicial, a razoável duração do processo.
- 29 De acordo com a Constituição Federal de 1988 (CF), as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais são de imediata aplicação.

Considerando as disposições constitucionais a respeito do Poder Legislativo, julgue os itens seguintes.

- 30 O Distrito Federal elege três senadores, para mandato de oito anos.
- 31 O Senado Federal compõe-se de representantes do povo, eleitos segundo o princípio da proporcionalidade.

No que concerne ao Poder Judiciário, julgue os itens a seguir.

- 32 Não poderá ser promovido o juiz que, injustificadamente, retiver autos em seu poder além do prazo legal.
- 33 O Conselho Nacional de Justiça, instituído como órgão do Poder Judiciário pela Emenda Constitucional n.º 45/2004, compõe-se de quinze membros, com mandato de dois anos.
- 34 São órgãos do Poder Judiciário, entre outros, o Superior Tribunal de Justiça e o Tribunal de Contas da União.

No que se refere ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e às garantias e funções do MP, julgue os itens de 35 a 37.

- 35 Caso um membro de MP estadual e um membro do MPU tenham sido julgados, em processos disciplinares independentes, nas respectivas esferas competentes, no mês de novembro de 2012, o CNMP poderá rever ambos os processos, independentemente de provocação, até o final de outubro do ano seguinte.

- 36 Conforme a CF, a legitimidade para propor ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social é exclusiva do MP.
- 37 Assegura-se aos procuradores da República nos estados a garantia de inamovibilidade, que não é absoluta, podendo ser relativizada por motivo de interesse público, mediante decisão do órgão colegiado competente, respeitada a ampla defesa.

No que se refere aos procuradores-gerais nos estados e aos MPs, julgue os itens a seguir.

- 38 O MP competente deve ser imediatamente comunicado de autuação em flagrante delito de qualquer pessoa, realizada pela Polícia Federal, cujo controle externo e interno compete àquele órgão.
- 39 Os procuradores-gerais nos estados são nomeados pelos respectivos governadores.

Julgue os itens a seguir, relativos ao MPU.

- 40 Todo procurador regional eleitoral é membro do MP federal e todo promotor eleitoral é membro do MP local que officia junto ao juízo incumbido do serviço eleitoral de cada zona.
- 41 Se cometer crime comum ou de responsabilidade, o procurador regional da República que atua perante tribunal regional federal será processado e julgado perante o próprio tribunal.
- 42 Entendendo haver indício da prática de infração penal por procurador da República, o delegado da Polícia Federal responsável pelo inquérito policial em curso deverá remetê-lo imediatamente ao procurador-geral da República, que, então, deverá designar membro do MP para prosseguir com a apuração dos fatos, não podendo o referido delegado proceder ao indiciamento do procurador.

Com base no Código de Processo Penal (CPP) e no Código de Processo Civil (CPC), julgue os próximos itens, referentes a perícia e meios de prova.

- 43 De acordo com o CPP, na falta de perito oficial para realizar as perícias, o exame poderá ser realizado por uma pessoa idônea, portadora de diploma de curso superior, preferencialmente em área relacionada com a natureza do exame.
- 44 As provas testemunhal, documental, pericial e a confissão são meios de prova aceitos tanto no CPC quanto no CPP.
- 45 Conforme o CPC, a função da perícia judicial é fornecer ao juiz que atua no processo elementos de convicção sobre fatos que dependem de conhecimento técnico ou científico.

Com base no CPC, julgue os itens seguintes, relativos a perícia.

- 46 Os motivos de impedimento e suspeição aplicam-se tanto aos peritos quanto aos assistentes técnicos.
- 47 É facultado ao perito instruir o laudo com plantas, desenhos, fotografias e quaisquer outras peças que julgar necessário, devendo apresentá-lo em cartório no prazo fixado pelo juiz, pelo menos vinte dias antes da audiência de instrução e julgamento.
- 48 Na petição inicial, o autor poderá requerer perícia, desde que formule os respectivos quesitos. Não obtida a conciliação, o réu terá o prazo de dez dias para, caso seja conveniente, formular os seus próprios quesitos e requerer perícia.
- 49 Compete à autoridade judiciária indeferir, quando da produção de prova pericial, quesitos impertinentes, não relacionados ao objeto de discussão da demanda.
- 50 Os peritos devem ser selecionados entre profissionais de nível universitário, devidamente inscritos no órgão de classe competente, sendo o juiz livre para indicar os peritos, entre quaisquer cidadãos, nas localidades onde não houver pessoas qualificadas.